

Eleições municipais

Proposta de adiamento perde força na Constituinte

JOÃO BATISTA NATALI

Enviado especial a Brasília

Há pouco mais de duas semanas, voltando de uma reunião no Palácio do Planalto, o líder do governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MT), submeteu em discreta reunião a dois outros senadores de seu partido, José Richa (PR) e Fernando Henrique Cardoso (SP), a abertura de negociações para que se encontrasse uma fórmula capaz de empurrar para 1989 as eleições municipais previstas para este ano, prorrogando, consequentemente, os mandatos de prefeitos e vereadores eleitos em 1982.

Tratava-se de um claro indicio de que a controvertida proposta de adiamento circulava com o aval de Sarney. Juntava-se como peça coerente a esse mesmo quebra-cabeças o fato de os três ministros militares terem separadamente declarado que qualquer tipo de eleição, em novembro próximo, corresponderiam a um fator inoportuno de inflação e instabilidade institucional.

Estratificação

Assim montado, o quadro estava em aparência estratificado, desencadeando declarações indignadas numa faixa que vai da esquerda aos liberais de certo lastro. A impressão de estratificação se acentuou na última quarta-feira pela manhã quando, reunidos para votar o projeto regulamentando as municipais, já aprovado pela Câmara, os senadores constataram em plenário um processo de obstrução comandado pelo governista Aureo Mello (PMDB-AM).

Passaram-se dois dias e, por mais paradoxal que pareça, a tese prorrogacionista emagreciu tanto em credibilidade que, na sexta à noite, nos corredores quase desertos do Congresso, um único parlamentar, o deputado Amaral Netto (PDS-RJ) chegou a defendê-la, e mesmo assim, em nome de razões supostamente práticas, baseadas na necessidade de se manter em Brasília mais de uma centena de constituintes que pretendem disputar Prefeituras em seus Estados.

No mesmo dia, o deputado Ibsen Pinheiro (RS), líder do PMDB na Câmara, dizia à Folha que apostaria com quem bem desejasse que, dentro de no máximo quinze dias, o projeto hoje em mãos do Senado já estaria com suas modificações

aprovadas pelos deputados, e devidamente sancionada pelo presidente da República. Ibsen, raramente esgárnico, é um dos porta-vozes mais fiéis das previsões amadurecidas debaixo da calva de Ulysses Guimarães.

Entre as incertezas quanto ao cumprimento do calendário eleitoral que prevaleciam no início da semana, e a certeza posterior de que ele acabará sendo cumprido existe, como divisor de águas, a aprovação na quarta à noite, pelo plenário constituinte, do substitutivo para as Disposições Provisórias proposto pelo Centrão.

E, de fato, o texto, assinado o relator adjunto, senador José Fogaca (PMDB-RS), define em seu artigo 3.º, parágrafo único, que o pleito municipal é mantido para 15 de novembro deste ano. E, no artigo 11, estipula que o Congresso poderá excepcionalmente, em 1988, baixar para eleições dispositivos de aplicação imediata, suspendendo assim a carência de um ano já definida nas Disposições Permanentes.

Para que as eleições nos municípios sejam adiadas, seria teoricamente preciso que ao menos o primeiro desses itens do substitutivo aprovado reunisse 288 votos em plenário. E isso, a essas alturas do campeonato, com menos de dez deputados ou senadores assumindo publicamente uma postura prorrogacionista, seria apenas possível com a maciça intervenção do Palácio do Planalto.

E de lá que partiram os sintomas de que, assegurados os cinco anos para Sarney e a paralela inviabilidade das presidenciais em 1988, seria insensato bloquear a única válvula eleitoral ainda disponível. Um assessor presidencial da respeitabilidade de Thales Hamalho racionou nesses termos, em longa conversa com um deputado do PFL.

Sarney

Quando a Sarney, ele primeiramente cortou as especulações de que seu líder no Senado, Saldanha Derzi, operava em nome dele como num espetáculo de ventrílocos, ao escolher um de seus experientes interlocutores no Congresso, o senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) para tornar pública, de forma quase inequívoca, que desejava que as eleições se realizassem. Antefoneu, Sarney deu um novo passo, abordando o assunto em sua "Conversa ao Pé do Rádio".

Em rápidas pinceladas, tem-se em primeiro lugar que de nada adiantariam os obstáculos à tramitação do projeto de lei no Senado quando, em termos de hierarquia, o que está realmente valendo é a texto constitucional, através do substitutivo já votado para as Disposições Transitórias. Num plano paralelo, o Planalto dá sinais de que não se empenhará para que o prorrogacionismo ganhe corpo a ponto de modificar os itens eleitorais, propostos no rebolo do texto do Centrão.

De qualquer forma, permanecem inteiros os argumentos, agora de concretização dificultada, assidos na área militar. O que não se diz com todas as palavras é que a escolha entre ano de prefeitos e vereadores fará das presidenciais de ano que vem uma "eleição solteira". Com apenas a chafia do Estado em disputa, passam a ter chances de vitória candidatos que não dispõem de uma base de mobilização municipalizada, como é o caso de Leonel Brizola e seu pouco implantado PDT. Uma "eleição casada", ao contrário, deslocaria as maiores chances para candidatos de partidos como o PMDB ou o PFL, ou o que até lá restar deles.

O projeto que regulamenta as eleições — cuja votação pelos senadores poderia ter ocorrido quinta-feira, se não fosse pela sessão matutina do Congresso constituinte, em seu safoco para se votar o mandato —, não é, a rigor, necessário. Essas eleições podem muito bem se realizar pelas leis complementares em vigor, e através das normas que bastaria ao Tribunal Superior Eleitoral retirar de suas gavetas.

No fundo, o que está em jogo com esse projeto é a possibilidade de se candidatarem nos municípios os cidadãos que estão para mudar de partido ou para ingressarem num partido novo. O projeto reduz de seis para quatro meses o prazo de filiação. Assim, e para citar três exemplos da base da federação paulista do PMDB, Koyu Iha em São Vicente, Luis Carlos Grecco em Mauá, e Gerson Marcondes em Guarulhos já teriam perdido o bonde das candidaturas pelo novo partido dissidente se o prazo de seis meses estivesse com sua vigência não contestada. Mas poderia se inscrever na nova legenda até 15 de julho, caso até lá a nova lei já esteja sancionada.



O senador Aureo Mello, que propõe o adiamento das eleições, em seu gabinete

Candidatos apóiam emenda, diz Aureo

ALON FEUERWERKER

Do Reportagem Local

A existência, entre os constituintes, de cerca de 150 prefeituráveis é um dos principais argumentos de quem aposta que o Congresso constituinte vai rejeitar a proposta de prorrogar por um ano as eleições de prefeitos e vereadores, previstas para novembro de 1988. Mas o autor da emenda queafia as eleições municipais, o senador Aureo Mello (PMDB-AM), 63, avalia que os constituintes-candidatos não querem eleições agora, e que seus votos podem ajudá-lo na prorrogação.

Aureo Mello prevê que o final dos trabalhos constituintes não acontecerá antes de setembro. Assim, raciocina ele, sobrarão pouco tempo para as campanhas eleitorais dos constituintes-candidatos, que levariam desvantagem em relação aos concorrentes. O autor da emenda prorrogacionista não economiza na retórica para atrair esses votos: "Minha emenda é exatamente para proteger os constituintes".

O passar do tempo é o maior aliado com que conta o senador. "Cada dia que passa fica mais difícil fazer a eleição este ano, mais gente fica a favor de fazê-la ano que vem." Ele está contribuindo pessoalmente para o tempo passar, pois

obteu no Senado a tramitação do projeto de lei que regulamenta as eleições municipais. "É um absurdo, o Congresso quer regulamentar algo que a Constituinte ainda não decidiu", se defende.

Além, ele sequer aceita que chamem sua proposta de "prorrogacionista". "Eu apenas quero evitar um disparate." O "disparate", para Aureo Mello, é fazer uma eleição municipal este ano, a de presidente no próximo ano, a de governadores, deputados e senadores em 1990. Mas enão por que ele não votou nos quatro anos para Sarney, o que evitaria a eleição presidencial "solteira" no ano que vem? "Era preciso dar mais tempo para completar a transição", procura se justificar.

"Conversa fiada"

Ele não sabe dizer se a emenda conseguirá justar em plenário os 288 votos necessários para ser aprovada. "A maioria dos constituintes está solidária comigo, mas tem medo de assumir isso abertamente", diz. E a opinião pública? E as pesquisas que mostram a preferência popular por eleições já? "Isso é conversa fiada de quem está interessado na eleição. Veja só esse pessoal do Covas (o líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas), que tentou fazer

comícios pelas diretas já. Eles não conseguiram juntar quase ninguém."

Aureo Mello é jornalista e advogado, e está em seu primeiro mandato como senador. Ele assumiu em junho do ano passado, após a morte de Fábio Lucena, de quem era suplente. É o que se poderia chamar de peemedebista histórico, sem aspas. Foi ininterruptamente deputado estadual e federal de 1947 até 1967. Até 1963, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Quando, naquele ano, os partidos foram extintos pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), passou para o recém-formado Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Na reformulação partidária de 1979 ficou no PMDB.

O senador afirma, chegarem a eletronicamente telegramas de apoio ao adiamento das eleições. A imensa maioria, reconhece, vêm de prefeitos e Câmaras Municipais. Fosse também visitas, "Meu gabinete tem sido fervilhante", exulta. Ele acha que terá o apoio dos prefeitos das capitais ("Atual se as eleições forem agora, eles terão governado só três anos") e de governadores ("E o que sai nos jornais"), mas não cita nomes. Só uma coisa faz questão de repetir: "Eu tenho a consciência limpa, pois não levu vantagem nenhuma."

PT decide impugnar as coligações "oportunistas" e reavaliar filiações

Do Seculral de Brasília

O PT vai impugnar 30 "coligações oportunistas" de candidatos a prefeitos do partido em Minas Gerais, onde serão reavaliadas também mais de 30 mil filiações feitas nos últimos meses. No encontro dos secretários de Organização e Finanças, para definir as metas para as eleições, foram recomendadas ainda mais treze impugnações de coligações em Pernambuco, Ceará, Bahia e Espírito Santo.

O secretário-geral do partido, deputado estadual José Dirceu (SP), disse que na segunda-feira o PT "vai às ruas com seus candidatos a prefeito e vereador, para garantir as eleições municipais em novembro". Contrário à prorrogação dos mandatos, o PT vai lançar candidatos a prefeito em 2 mil municípios — 1.500 deles com candidatos próprios — e 30 mil candidatos a vereador.

O projeto antiprorrogacionista começou ontem. O presidente do PT, deputado federal Olívio Dutra (RS), deixou o encontro de secretários em Brasília e foi para Imperatriz (MA) lançar a candidatura a prefeito de Gilmar Fernandes. No encontro, que termina hoje, os secretários avaliaram a diretoria política para as eleições municipais: "Será um plebiscito do governo Sarney e sua política econômica e um julgamento da nova Constituição e do projeto constituinte", afirmou José Dirceu.

O partido decidiu também que não admitirá o uso de violência em convenções partidárias. Além do quebra-quebra na Convenção do partido em Fortaleza (CE), que provocou a expulsão da prefeita Maria Luiza Fontenelle (hoje no



O deputado José Dirceu, secretário-geral da Executiva Nacional do PT

PSB), as brigas ocorridas nas Convenções de Niterói (RJ) e Salvador (BA) motivaram essa decisão. Em Salvador, Fernando Conceição, que participou da agressão a um grupo de pevistas, já foi expulso.

Dirceu identifica chances reais do partido na disputa de 30 a 50 prefeituras no Sul-Sudeste. Hoje o PT tem diretórios em 1.509 municípios e outras 627 comissões provisórias. Está organizado em 67% dos municípios do Brasil e possui, até o final desta semana, 466.215 filiados.

A filiação indiscriminada e o lançamento de candidaturas em coligações além do espectro definido pelo partido será debatido novamente hoje. "O PT não é um caos para refugados de qualidade ruim", disse o deputado Paulo Delgado (MG).

Partido define como vai fazer as alianças

Do Seculral de Brasília

O PT definiu o espectro de suas coligações para as eleições municipais deste ano. PSB, PCB, PC do B, Partido Verde, setores do PDT e dos que abandonarem o PMDB serão os aliados naturais. Por estarem se compondo com integrantes da Aliança Democrática (PFL-PMDB) e demais partidos considerados à direita, 43 candidaturas em coligação em Minas, Bahia, Pernambuco, Ceará e Espírito Santo receberam, no encontro de ontem em Brasília, sinal vermelho do partido após os relatos dos secretários estaduais.

"Primeiro recomendamos a impugnação da coligação e, se isto não ocorrer, virá a intervenção no diretório local", diz o deputado federal Paulo Delgado (MG). O secretário-geral, José Dirceu, explica que a decisão "é pedagógica, para que todos aprendamos como se faz e o que é um partido".

Em Minas, segundo relato dos secretários de organização, 30 candidatos a prefeitos já montaram coligações brancas ou, como são chamadas internamente, "coligações oportunistas". Neste Estado foi detectado também um processo de filiação de cerca de 30 mil pessoas sem um "controle de qualidade" do partido. "São casos isolados e que não prosperarão, pois estamos alertas", afirmou José Dirceu.

No norte do Espírito Santo, em três municípios, o partido recomendou o veto à coligações com o PDT que, na região, é ligado à UDR. Na Bahia foram identificados cinco candidaturas semelhantes, no interior do Estado. Em Pernambuco, duas candidaturas e, no Ceará, coligações em três municípios.

Advertisement for FISCAL MUNICIPAL and ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA L'ÁQUA. Includes contact information for Rua Baronesa de Itú nº. 109 and a list of branches in various cities.